

Governo teme que a CPI atrase 8 projetos

Maria José Lessa

Cida Fontes

BRASÍLIA — Disposto a correr contra o tempo, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, começa a semana com a intenção de usar toda a munição disponível para aprovar até o dia 30 de junho pelo menos oito projetos de lei, acertados para a votação nesse semestre entre as lideranças partidárias do Congresso e o Executivo, num encontro no dia 29 de abril. Embora reconheça que as atenções ainda estarão concentradas na CPI do caso PC e na Rio-92, Bornhausen se reuniu na sexta-feira com sua assessoria política para traçar uma nova tática para entrar em campo. "É preciso alterar as regras de ordem prática, ou seja, o rito dos trabalhos para votar o que for possível até o fim do mês", observou o ministro, defendendo, até, a suspensão do recesso parlamentar, como última alternativa para limpar a pauta de votações.

A grande estrela da pauta prioritária do governo, mesmo que ainda não tenha sido enviado ao Legislativo, é o ajuste fiscal, objeto de marchas e contra-marchas na montagem da estratégia do Planalto para viabilizá-lo. No último desses movimentos, o ministro Bornhausen decidiu adotar uma postura ofensiva junto ao Congresso, retomando a versão mais ambiciosa da reforma fiscal, na expectativa de que a própria sociedade pressione as lideranças para sua aprovação, tamanha a importância que se dá ao projeto para a trajetória da política econômica do governo. Na verdade, a importância do Congresso na definição dos rumos da política econômica é muito importante e vai além da simples definição sobre o ajuste fiscal.

Nesse sentido, Bornhausen lembra o caráter também decisivo de projetos como o que muda a regulamentação dos portos, o da lei sobre patentes e o da concessão de serviços públicos. Em todos esses casos, argumenta o ministro, há um efeito positivo na direção da retomada da ativi-



Bornhausen: "É preciso mudar o rito dos trabalhos para votar o que for possível"

dade econômica e da atração de novos investimentos estrangeiros. E está convencido de que o reconhecimento do direito de propriedade industrial eliminará uma barreira importante para atração de capitais externos ao país. São, portanto, na sua avaliação, medidas que se conjugam com o ajuste fiscal para dotar a economia de perspectivas de estabilização e modernização.

Pedras — Afogado numa recessão econômica e na persistência de patamares elevados da inflação, o governo tem pressa e pedras no meio do caminho. "Os fatos paralelos atrapalham, mas precisamos redobrar nossa força para não sofrer o efeito do gás paralisante", disse o ministro, ainda preocupado com os trabalhos da CPI, apesar de mais aliviado com o arrefecimento do alcance das denún-

cias de Pedro Collor de Mello. A insistência dos líderes em obter um acordo prévio antes das votações do plenário contribui, no entender de Bornhausen, fundamentalmente para a falta de agilidade do Legislativo. "A negociação política é válida, mas ela tem limites", afirmou. Ao criticar o que classificou de "busca excessiva de consenso", o ministro defendeu uma mudança nas regras adotadas pelo colégio de líderes, que passam horas e até semanas inteiras em busca de consenso, às vezes impossível, contabilizando, no final, uma perda preciosa de tempo. "Se não houver consenso, que vá para o voto", alertou.

O argumento de que a ausência do presidente Collor e a proximidade das eleições prejudicaram ainda mais os planos do governo são minimiza-

das por Bornhausen. Segundo ele, a transferência do gabinete de Collor para o Rio, para participar da Rio-92, não suspendeu as conversas políticas.

Além disso, o governo só conta com o esvaziamento do Congresso em função das campanhas eleitorais a partir de agosto. Por isso, Bornhausen está apressado e quer "limpar o que for possível" ainda neste semestre. Tanto que distribuiu funções a todos os seus assessores políticos para acompanhar, passo a passo, a tramitação dos projetos prioritários. Ele prefere não antecipar fracassos e aguardar o dia 30 de junho para uma avaliação final do acerto feito entre as lideranças do Congresso para este semestre. Mas dá um ultimato: esses projetos têm que ser votados neste ano.